

Luzia Maria Gomes Martins
2010 -2011

DOCUMENTO DE TRABALHO

O PAPEL DA ÉTICA E DA DEONTOLOGIA NA SOCIEDADE

Apresentado no Centro Social Paroquial Santo António

PAPEL DA ÉTICA E DEONTOLOGIA NA SOCIEDADE

PAPEL DA ÉTICA E DEONTOLOGIA NA SOCIEDADE

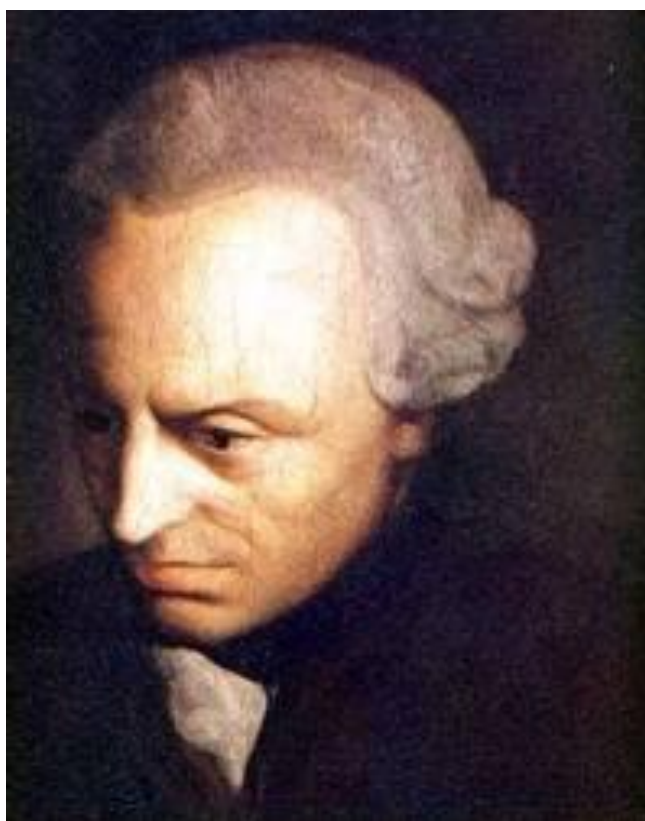
Trabalho de Investigação realizado por Luzia Maria Gomes Martins Ano
2010/2011

Índice

1. Resumo	4
1.1 Introdução	4
1.2 Objectivo	5
1.3 Metodologia.....	6
1.4 Palavras-chave	6
2. Ética	7
2.1 Conceitos	7
2.2 História da ética	8
2.3 Comportamento ético	17
2.4 Código de ética	18
3. Moral	20
4. Deontologia	22
4.1 Código deontológico	24
4.2 Código deontológico do serviço policial	24
4.3 Conceito de profissão	29
5. Sociedade.....	30
5.1 Tipos de sociedade.....	31
5.2 Evolução da Sociedade.....	34
5.3 Sociedade civil.....	35
5.4 Ética e sociedade	37
6. Considerações finais	39
Bibliografia.....	42

1 Resumo

1.1 Introdução



Emmanuel Kant

“ Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem capacidade para agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios, ou: só ele tem uma vontade. Como para derivar as acções das leis é necessária a razão, a vontade não é outra coisa senão razão prática. Se a razão determina infalivelmente a vontade, as acções de um tal ser, que são conhecidas como objectivamente necessárias, são também subjectivamente necessárias, isto é, a vontade é a faculdade de escolher só aquilo que a razão, independentemente da inclinação,

reconhece como praticamente necessário, quer dizer como bom”. (Kant, Fundamentação da metafísica dos Costumes, Atlântida, Coimbra, 1960 pag.44)

Ética Deontologia e Sociedade, três palavras com objectivos definidos que convivem entre elas e fazem parte do Homem como ser histórico/social.

A Sociedade tem regras, tem códigos, tem princípios fundamentais que seguimos, pois fazem parte da nossa socialização e educação, mas sem querer, estamos a obedecer a códigos éticos e deontológicos sem os quais, a sociedade e o ser humano viviam em perfeita anarquia.

Com efeito, estas regras e códigos ajudam-nos a viver numa sociedade cheia de regras, obrigações e deveres, mas o convívio com elas transforma-nos em seres capazes de

viver em sociedade respeitando a liberdade de cada um e sem nunca perdermos o nosso livre-arbítrio.

Não existem sociedades perfeitas nem homens perfeitos, mas a ética e a deontologia procuram aperfeiçoar as sociedades e os homens, para que possam viver e conviver em harmonia, na escola, no trabalho, em casa e em sociedade.

1.2 Objectivo

Este Trabalho pretende, dar a conhecer o papel da Ética e da Deontologia na Sociedade.



Muitas vezes esquecemo-nos que a ética faz parte integrante dos nossos hábitos, costumes, na forma do nosso carácter e nosso modo de ser e de estar, em sociedade.

A deontologia liga-se á ética pois o seu significado implica o necessário, o conveniente, o devido o obrigatório.

A deontologia é na realidade um conjunto de comportamentos que são exigidos ao cidadão, mas também ao profissional.

A deontologia e a ética aplicam-se e estão ligadas às profissões. É aquilo a que se chama ética profissional das obrigações práticas. Baseia-se na livre acção da pessoa e no seu carácter moral, desta forma, não podemos deixar também de falar na moral, apesar de existir uma distinção na identificação, são muitas vezes confundidas ética e moral, no pensamento corrente da nossa sociedade.

Pretende-se desta forma explicar e distinguir os termos ética, deontologia e moral, e enquadrá-los na nossa sociedade, pois o homem é um sujeito histórico/social e como tal a sua acção tem que ser vista e analisada dentro da sociedade, onde os valores éticos, morais e deontológicos se integram e se inserem desde o momento do seu nascimento.

1.3 Metodologia

A metodologia utilizada, para a realização deste trabalho, irá ser a pesquisa bibliografia e a técnica documental - análise de conteúdo, estas serão as técnicas utilizadas para a recolha de informação.

Análise de conteúdo – Visa isolar na massa dos textos (escritos e orais) as linhas mestras que lhe dão o seu sentido real. Permite captar, além da informação explícita das mensagens, as condições teóricas ideológicas em que as mesmas são produzidas.

A análise de conteúdo incide sobre várias mensagens, desde obras literárias, até entrevistas. O investigador tenta construir um conhecimento analisando o “discurso”, a disposição e os termos utilizados pelo autor. O investigador necessita assim de utilizar métodos de análise de conteúdo que implicam a aplicação de processos técnicos relativamente precisos, não se devendo preocupar apenas com aspectos formais, estes servem somente de indicadores de actividade cognitiva do autor.

A pesquisa bibliográfica abrange a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, documentos ou, mapas, fotografias, manuscritos, etc. Todo material recolhido deve ser submetido a uma triagem, a partir da qual é possível estabelecer um plano de leitura. Trata-se de uma leitura atenta e sistemática que se faz acompanhar de anotações e fichas que, eventualmente, poderão servir à fundamentação teórica do estudo.

A pesquisa bibliográfica tem por objectivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre um determinado tema. Ela dá suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxilia na definição do problema, na determinação dos objectivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema e na elaboração do relatório final.

1.4 Palavras-Chave

Ética, Deontologia, Moral e Sociedade.

2 Ética

2.1 Conceitos



Todo o ser humano é dotado de uma consciência moral, que o faz distinguir entre o certo e o errado, o justo e o injusto, o bom e o mau, com isso é capaz de avaliar as suas acções, sendo capaz de Ética. Esta vem a ser os valores que se tornam deveres incorporados por cada cultura e são expressos em acções. A ética é, portanto, a ciência do dever, da obrigatoriedade, a qual rege a conduta Humana.

A ética pode ser considerada como o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana, que são susceptíveis de uma qualificação do ponto de vista do bem e o do mal, seja ligado a uma determinada sociedade, seja de um modo absoluto.

Baruch Spinoza diz ” *Portanto, o homem que vive pela razão, não vive guiado pelo medo, deseja fazer o que é melhor para todos e através até mesmo das leis de estado, viver livremente.*” Assim podemos dizer que o bem é uma forma de vida que mistura inteligência e prazer.

A palavra ética tem dois significados, vem do grego *éthos* que significa hábito costume. Vem da palavra *êthos* que significa modo de ser carácter, este vocábulo, foi originado posteriormente.

Quando falamos de ética, não nos podemos esquecer de Aristóteles pois foi o primeiro a falar de uma ética no ramo da filosofia. Foi Aristóteles que escreveu um tratado sobre a mesma “ *Ética a Nicómaco*”, esta obra deu origem ao termo *mos, moris*, (do latim) que significa moral em português, ou seja hábito ou costume.

Apesar da ética e a moral terem um sentido prático, a ética tem um conceito mais amplo.

A moral é um conjunto de valores, regras, tabus, proibições, impostas de fora, traduzidas pelas ideologias políticas, pelas ideologias religiosas, pelos mandamentos culturais e pelos costumes sociais, que são acatados pelo homem e pela sociedade.

A sociedade assenta nas leis e normas escritas e não escritas e vai-se alterando em conjunto com a moral.

A ética implica uma reflexão teórica e é uma análise crítica dessas regras, valores e também da conduta humana. É uma ciência, um conhecimento que se preocupa com o fim a que se deve dirigir a conduta humana e os meios para alcançar esse fim. Procura fundamentar o bom modo de viver pelo pensamento humano.

Quando falamos de ética não podemos deixar de falar de filosofia, pois segundo esta, a ética não se resume ao estudo da moral, mas a todo o conhecimento que não é abrangido pela Metafísica, Estética, Lógica, Física e nem pela Retórica. Estava ligada e abrangia, as ciências que actualmente são denominadas de Sociologia, Psicologia, Antropologia, Economia, Educação Física, Pedagogia, Política, entre outras. Resumindo, estava ligada a ciências que estavam e estão ligadas a maneiras de viver.

Segundo Nietzsche, o homem é dotado de razão, mas antes de ser um ser racional o homem é um ser moral, porque é uma figura nascida em determinadas condições históricas e culturais, que estão ligadas ao aparecimento e sedimentação de certos valores.

A ética é nada mais que a própria racionalização do comportamento humano, é um conjunto de princípios criados e enunciados pela razão que orientam a conduta humana. A natureza humana tem um aspecto essencial, o homem é imperfeito, mas perfeccionável, esse é o carácter normativo da ética, a tentativa de perfeição do ser humano e dos seus actos, procura a rectidão e o seu aperfeiçoamento.

A rectidão pretende que o desenvolvimento da natureza humana seja pautado com a verdade e o bem, as acções praticadas que sejam o bem, o correcto.

2.2 História da ética

A história da ética entrelaça-se com a história da filosofia, e é nesta que ela busca fundamentos para regular o desenvolvimento histórico-cultural da humanidade.

Na antiguidade, todos os filósofos entendiam a ética como o estudo dos meios para se alcançar a felicidade (*eudaimonia*)¹ e investigar o que significava felicidade. Porém,

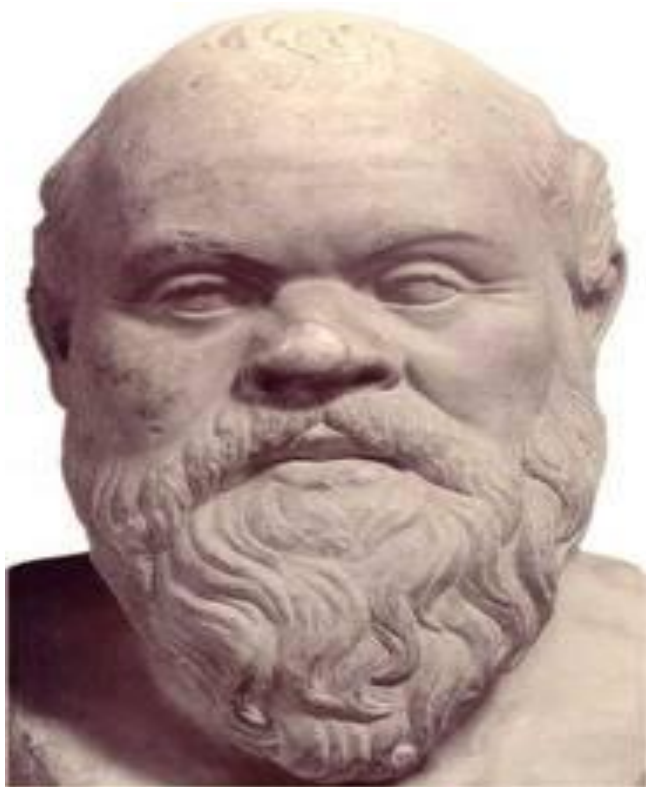
¹ Na cultura da Grécia antiga, o termo “eudaimonia” designa o fenómeno da felicidade.

durante a idade média, a filosofia foi dominada pelo cristianismo e pelo islamismo, e a ética centralizou-se na moral (interpretação dos preceitos e dos mandamentos religiosos). No renascimento e no século XVII, os filósofos redescobriram os temas éticos da antiguidade, e a ética foi novamente entendida como o estudo dos meios para se alcançar o bem-estar e a felicidade.

De seguida iremos fazer uma abordagem breve e sucinta das teorias éticas de alguns filósofos clássicos, para melhor entendermos a ética e a sua evolução.

Para a **Escola Cirenaica**², a felicidade consistia no gozo de todo o prazer imediato. Defendia, porém, um controle racional sobre o prazer para que não se desenvolvesse uma dependência dos prazeres.

Demócrito de Abdera³ afirmava que, ao buscarmos ser felizes, devemos fazer poucas coisas, a fim de que o que fizermos não ultrapasse as nossas forças e não nos leve à inquietação. Dizia que “é sábio quem não se aflige com o que lhe falta e se alegra com o



Sócrates

que possui” e que “a moderação aumenta o gozo e acresce o prazer”. Afirmava que a agressividade é insensata porque “enquanto se busca prejudicar o inimigo, esquecemos o nosso próprio interesse”.

“Podemos dizer, a partir dos textos de Platão e Aristóteles, que, no Ocidente, a ética ou filosofia moral inicia-se com Sócrates”.

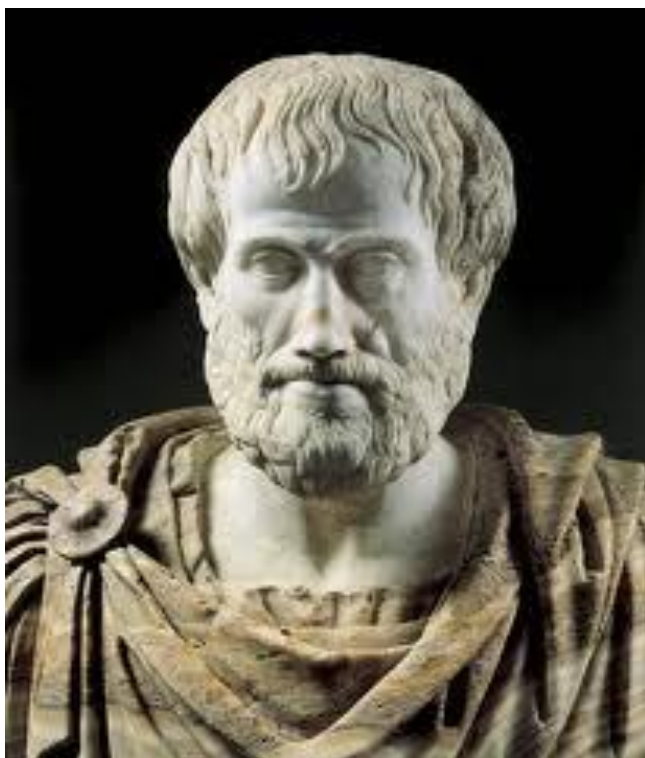
Para **Sócrates**, o conceito de ética iria além do senso comum da sua época, o corpo seria a prisão da alma, que é imutável e eterna.

Existiria um **“bem em si”** próprios da sabedoria da alma e que podem ser rememorados pelo aprendizado. Esta bondade absoluta

² A escola cirenaica foi uma escola filosófica fundada por Aristipo de Cirene, discípulo de Sócrates, no século V, a. C.

³ Demócrito de Abdera (em grego “escolhido do povo”) (cerca de 460 a.C. - 370 a.C.) nasceu na cidade de Abdera (Trácia), e é tradicionalmente considerado um filósofo pré-socrático.

do homem tem relação a uma ética apriorística, à experiência, pertencente à alma e que o corpo para a reconhecer terá que ser purificado.



Aristóteles

Aristóteles subordina a sua ética à política, acreditando que na monarquia e na aristocracia se encontraria a alta virtude, já que esta é um privilégio de poucos indivíduos.

Na sua doutrina a ética está em conformidade com a ordem vigente. “*Cada virtude seria um meio-termo entre dois extremos e cada um desses extremos seria um vício*”.

Afirma também que na prática ética, somos o que fazemos, ou seja, o Homem é moldado á medida que faz as suas escolhas éticas e sofre as influências dessas escolhas. Assim, a

sua ética era adaptativa, servindo as necessidades políticas da sua época onde o homem deveria ser conformado com a sua realidade, para tanto era necessário a interferência da educação e da família para conter as suas paixões.

O primeiro livro do primeiro grande tratado de filosofia moral, a “**Ética a Nicómaco**”, Aristóteles expõe a sua concepção teleológica e eudaimonista de racionalidade prática, a sua concepção da virtude como mediana e as suas considerações acerca do papel do hábito e da prudência na Ética. A ética define “a filosofia das coisas do homem” e com a Política constitui o âmbito das realidades que podem ser diferentes do que são, reinos da contingência e não da necessidade. A ciência política não somente deve conhecer o bem, mas deve realizá-lo. No campo da ética, a razão intervém para definir regras de conduta, mas através de um procedimento muito diferente do dedutivo, próprio das ciências teóricas.

O Mundo Essencialista é o mundo da contemplação, ideia compartilhada pelo filósofo grego antigo Aristóteles. “*A verdadeira vida moral (...) isto é, consagrar-se a procurar a felicidade na contemplação (...)*”. No pensamento filosófico dos antigos, o ser humano aspira ao bem e à felicidade, que só podem ser alcançados pela conduta virtuosa. Para a ética essencialista o homem era visto como um ser livre, sempre em busca da

perfeição. Esta por sua vez, seria equivalente aos valores morais que estariam inscritos na essência do homem. Dessa forma, para ser ético, o homem deveria entrar em contacto com a própria essência, a fim de alcançar a perfeição. O homem, como qualquer ser, busca a sua perfeição, que acontecerá quando a sua essência estiver plenamente realizada.

Pode-se resumir a ética dos antigos, ou ética essencialista, em três aspectos:

- O agir em conformidade com a razão;
- Agir em conformidade com a Natureza e com o carácter natural de cada indivíduo;
- A união permanente entre ética (a conduta do indivíduo) e política (valores da sociedade).

A ética era uma maneira de educar o sujeito moral (o seu carácter) no intuito de propiciar a harmonia entre o mesmo e os valores colectivos, sendo ambos virtuosos.

Com o cristianismo de **S. Tomás de Aquino** e **Santo Agostinho**, incorpora-se a ideia de que a virtude se define a partir da relação com Deus e não com a cidade ou com os outros. Deus nesse momento é considerado o único mediador entre os indivíduos. As duas principais virtudes são a fé e a caridade.

Este cristianismo afirma-se na ética do livre-arbítrio, sendo que o primeiro impulso da liberdade dirige-se para o mal (pecado). O homem passa a ser fraco, pecador, dividido entre o bem e o mal. O auxílio para a melhor conduta é a lei divina e a ideia do dever surge nesse momento. Com isso, a ética passa a estabelecer três tipos de conduta:

- A moral ou ética (baseada no dever);
- A imoral ou antiética;
- A indiferente à moral.

A partir do século XVII o Mundo sofre profundas transformações com as revoluções religiosas, através de **Lutero**, científica através de **Copérnico** e filosófica através de **Descartes**. Estas introduzem um novo pensamento na era Moderna, caracterizada pelo Racionalismo Cartesiano, no qual a razão é o caminho para a verdade, e para chegar a ela é preciso um discernimento, um método. Em oposição à fé surge agora o poder exclusivo da razão de discernir, distinguir e comparar. Após a influência das transformações e mudanças, com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, o fortalecimento de uma nova classe social, a burguesia, que luta para manter a sua hegemonia através de revoluções, a forma religiosa que destrói a unidade cristã medieval e, principalmente, a predominância do modo científico de pensar, desenvolvimento esse que se concretiza na criação da ciência moderna com **Galileu e Newton**. Provocam a criação da ética naturalista.

Este é um marco na história da humanidade que doravante acolhe um novo caminho para se chegar ao saber: o saber científico, que se pauta num método e o saber sem método é mítico ou empírico.

A ética moderna trás à tona o conceito de que o ser humano deve ser tratado sempre como o fim da acção e nunca como o meio para alcançar os seus interesses. Esta ideia foi contundentemente defendida por **Emmanuel Kant**, um dos principais filósofos da modernidade. Ele afirmava que *“não existe bondade natural. Por natureza somos egoístas, ambiciosos, destrutivos, agressivos, cruéis, ávidos de prazeres que nunca nos saciam e pelos quais matamos, mentimos e roubamos”*.

Desta forma, para nos tornarmos seres morais era necessário submetermo-nos ao dever. Essa ideia foi herdada da Idade Média onde os cristãos difundiram a ideologia de que o homem era incapaz de realizar o bem por si próprio. Por isso, ele deve obedecer aos princípios divinos, cristalizando assim a ideia de dever.

Kant afirma que se nos deixarmos levar pelos nossos impulsos, apetites, desejos e paixões não teremos autonomia ética, pois a Natureza conduz-nos pelos interesses, de tal modo que, usamos as pessoas e as coisas como instrumentos para o que desejamos. Não podemos ser escravos do desejo, para isso devemos agir conforme o imperativo categórico, ou seja, o acto moral deve concordar com a vontade e com as leis universais que ela dá a si



Friedrich Hegel

mesma *“age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”*.

Kant também afirmava que *“...a moralidade de um acto não deve ser julgada pelas suas consequências mas apenas pela sua motivação ética”*. Ele sustentava que o homem é o centro do conhecimento e da moral.

O acto ético imoral criado e seguido pelo homem, passa a ser incondicionado em absoluto.

No século XIX, **Friedrich Hegel** traz uma nova perspectiva complementar e não abordada pelos filósofos da

Modernidade. Ele apresenta a perspectiva Homem, Cultura e História, sendo que a ética deve ser determinada pelas relações sociais. Como sujeitos históricos e culturais, a nossa vontade subjectiva deve ser submetida à vontade social, das instituições da sociedade. Desta forma a vida ética deve ser ***“determinada pela harmonia entre vontade subjectiva individual e a vontade objectiva cultural”***. Através desse exercício, interiorizamos os valores culturais de tal maneira que passamos a praticá-los instintivamente, ou seja, sem pensar. Se isso não ocorrer é porque esses valores devem estar incompatíveis com a nossa realidade e por isso devem ser modificados. Nesta situação podem ocorrer crises internas entre os valores vigentes e a transgressão deles.

Já na actualidade o conceito de ética fundiu-se nestas duas correntes de pensamento:

A ética praxista, em cuja visão o homem tem a capacidade de julgar, ele não é totalmente determinado pelas leis da natureza, nem possui uma consciência totalmente livre. O homem tem uma co-responsabilidade frente as suas acções.

A ética Pragmática/relativista, com raízes na apropriação de coisas e espaços, na propriedade, tem como desafio à alteridade (misericórdia, responsabilização, solidariedade), para transformar o Ter, o Saber e o Poder em recursos éticos para a solidariedade, contribuindo para a igualdade entre os homens: “distribuição equitativa dos bens materiais, culturais e espirituais”.

O homem é visto, como sujeito histórico/social, e como tal, a sua acção não pode mais ser analisada fora da colectividade. Por isso, a ética ganha novamente um dimensionamento político: uma acção eticamente boa é politicamente boa, e contribui para o aumento da justiça, distribuição igualitária do poder entre os homens. Na ética pragmática o homem é politicamente ético, – “todos os aspectos da condição humana, têm alguma relação com a política” – há uma co-responsabilidade em prol de uma finalidade social: a igualdade e a justiça entre os homens. Segundo Severino, no momento histórico em que vivemos existe um problema ético/político grave. Forças de dominação teriam sido consolidadas nas estruturas sociais e económicas, mas através da crítica seria possível desvelar a dissimulação ideológica que existe nos vários discursos da cultura humana. Quando se age com a totalidade dos esclarecimentos que a objectividade pode fornecer quando criticamente aplicada à praxis, feita através da intencionalidade subjectiva, reflexão crítica. ***“ Há no reino humano da praxis⁴, no qual as acções são realizadas***

⁴ Praxis (do grego πρᾶξις), em sentido amplo, é a actividade humana em sociedade e na natureza.

racionalmente não por necessidade casual, mas por finalidade de liberdade” (Marilena Chaui), realizando assim uma ética consciente.

Na Contemporaneidade, **Nietzsche** atribui a origem dos valores éticos, não à razão, mas à emoção. Para ele, o homem forte é aquele que não reprime os seus impulsos e desejos, que não se submete à moral demagógica e repressora. Para coroar essa mudança radical de conceitos, surge **Freud**⁵ com a descoberta do inconsciente, instância psíquica que controla o homem, influenciando a sua consciência para trazer à tona a sexualidade reprimida e que o torna neurótico. Porém, Freud, em momento algum afirma que o homem deve viver de acordo com as suas paixões, deve apenas tentar equilibrar a paixão e a razão, ou seja, o ser humano deve tentar, procurar, equilibrar e conciliar o id com o super ego.

O que seria, então, e o que diferenciaria a ética Praxista, a ética Essencialista e a ética Naturalista, é apenas uma questão de reflexões contidas na obra de Anna Harendt, “Vida Activa”. Segundo a autora, a experiência da Polis oferece uma hipótese de um exame crítico da crise política no presente.

Na obra “Vida Activa a condição humana” publicada em 1958 nos EUA, a tese central é que a partir do fim da Polis o Agir foi substituído pelo Fazer e depois pelo Trabalhar finalizando à mera sobrevivência. A autora fala da condição humana e não da natureza humana, deste modo a única afirmação que se pode fazer sobre a natureza dos homens é que são seres condicionados.

As condições da existência humana são representadas por vida, natalidade, mortalidade, pluralidade e terra. A vida activa, ou seja, o agir humano, articula-se, assim de três formas fundamentais:

- Actividade de trabalho (Animal Laborans),
- O operar (Homo Faber),
- O agir (Zoon politicon).

A actividade do trabalho corresponde ao desenvolvimento biológico do corpo humano, cujo crescimento, metabolismo final estão ligados às necessidades produzidas e alimentadas nos processos vitais da própria actividade de trabalho. A principal função dos escravos na antiguidade era cumprir a tarefa de animal laborans.

O operar, o homo faber, é a actividade que corresponde à dimensão não natural da existência humana, e o fruto do operar é um mundo artificial de coisas, distinto do

⁵ Sigmund Freud (1856—1939) foi um médico neurologista austríaco e judeu, fundador da psicanálise.

ambiente natural. O homo faber é o homem tecnológico que tende a produzir objectos duradouros, ou seja as obras.

A obra das nossas mãos, distinta do trabalho do nosso corpo, o homo faber distinto do animal laborans, fabrica os objectos cuja soma total constitui o mundo artificial do homem.

Em relação à acção do zoon politikon, a única actividade que coloca os homens em relação directa sem a mediação de coisas materiais, corresponde à condição humana da Pluralidade, ao facto de que os homens, e não o homem, habitam o mundo. Esta pluralidade é especificamente a condição de toda a vida política. A praxis política é a mais importante manifestação da vida activa. Através dela os homens comunicam, não através de objectos, mas através da linguagem.

Anna Harendt, diz que Aristóteles achava que só a acção (praxis) e o discurso (lexis) pertenciam ao agir político. A acção e o discurso eram considerados as actividades mais elevadas do homem.

Encontrar as palavras oportunas no momento oportuno significa Agir. Só a mera violência é muda e por isso não pode ser nunca algo grande, grandioso. Ser político para os gregos era abandonar a esfera da violência e da necessidade e colocar toda a esperança na esfera do discurso. Segundo Harendt o que todos os filósofos gregos achavam é que a liberdade mora exclusivamente na esfera política, enquanto a necessidade é um fenómeno pré-político. Os seres humanos sujeitos à necessidade estão dispostos à violência sobre os outros: acto pré-político de liberar-se de necessidade da vida em nome da liberdade do mundo.

Na raiz da consciência Grega há uma extraordinária consciência da superioridade da vida, libera sobre o reino da necessidade humana.

Para a autora, a condição humana moderna traz um processo de negação e desvalorização da vida activa, o zoon politikon, o agir político, cede a passagem a uma nova epistemologia. A partir da dúvida cartesiana, que enraizou no sujeito toda a fonte de certeza e verdade, e assim passou para o homo faber, e do homo faber para o animal laborans, na primazia da actividade, que tem como único fim a conservação material da vida. É o que demonstra Mandeville⁶, em “ A fábula das abelhas”, a fábula do homem da natureza positiva, o homem fabulado pelo positivismo da natureza, mas também a fábula do homem contemporâneo, para o qual o agir político deixou lugar para a actividade de

⁶ Bernard Mandeville (1670-1733), foi um filósofo Holandês, economista político e satírico.

produção da qual somos todos funcionários e ao mesmo tempo as próprias matérias-primas, os próprios sumos da produção.

Na obra de Harendt, “A vida da mente”, faz uma descrição e liga-se a nós enquanto seres políticos, através da linguagem que preenche a fractura entre o mundo sensível e o mundo da mente, pode derivar para o homem uma saída em relação ao conformismo de massa que está na origem da banalidade do mal, do mecanismo infernal em que estão ausentes o pensamento e a liberdade do agir.

A ética pragmática alicerçada no mundo da técnica, velocidade, política, economia e outros factores. É o mundo da cultura que ultrapassa para o olhar antropológico, à medida que é necessária a experiência do conhecimento da nossa cultura e inevitavelmente pelo conhecimento de outras culturas.

Entretanto, esse revirar antropológico não é suficiente para o homem comum e contemporâneo superar a crise da ética actual conhecendo o outro e as suas necessidades para se chegar a uma convivência harmoniosa.

Hoje, numa era em que cada vez mais se fala na globalização, da qual somos todos funcionários e fazemos parte integrante da sua produção, o conhecimento da nossa cultura passa inevitavelmente pelo conhecimento de outras culturas. No momento histórico em que vivemos existe um problema ético/político grave. Forças de dominação têm-se consolidado nas estruturas sociais e económicas, mas através da crítica e no esclarecimento da sociedade seria possível desvelar a dissimulação ideológica que existe nos vários discursos da cultura humana, sabendo disso, essas mesmas forças têm procurado controlar a comunicação social.

Pelo contrário, ser feliz hoje, é dominar o progresso técnico e científico, ser feliz é ter, é possuir. Não há espaço para uma ética voltada para uma comunidade, para a Polis da antiguidade. Hoje aposta-se no individualismo, no consumo, na rapidez, na produção. Em vez da felicidade pura e simples há a obrigação do dever e a ética fundamenta-se em seguir normas. Trata-se pura e simplesmente da “ Ética da obediência”. São, desta forma, três momentos distintos, mas não estagnados, onde cada concepção ética materializa a sua reflexão através dos seus discrepantes modos de pensar e agir, frutos do ambiente histórico e da subjectividade do homem.

No lugar da felicidade pura e simples há a obrigação do dever e a ética fundamenta-se em seguir normas. Trata-se da “Ética da Obediência”. Que impede o Homem de pensar, e descobrir uma nova maneira de se ver, e assim encontrar uma saída em relação ao

conformismo de massa que está na origem da banalidade do mal, do mecanismo infernal em que estão ausentes o pensamento e a liberdade do agir.

Pois assim determina Vasquez ao citar Moral como um “sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um carácter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal”

O mesmo autor refere que as doutrinas éticas fundamentais nascem e desenvolvem-se nas diferentes épocas e nas diferentes sociedades como resposta aos problemas básicos apresentados pelas relações humanas, e em particular, pelo seu comportamento moral e efectivo.

Existe, assim, uma estreita vinculação entre os conceitos morais e a realidade humana, social, sujeita historicamente à mudança. Dentro destes conceitos, as doutrinas éticas não são consideradas de uma forma isolada, mas dentro de um processo de mudança e de sucessão que constitui a sua história e a sua evolução.

Enfim, Ética e Moral são os maiores valores do homem livre. O homem, com o seu livre arbítrio, vai formando o seu meio ambiente ou destruindo-o, ou ele apoia a natureza e as suas criaturas ou ele subjuga tudo que pode dominar, e assim ele forma-se no bem ou no mal neste planeta.

2.3 Comportamento Ético

Para a filosofia o comportamento ético é aquele que é considerado bom. Os filósofos antigos adoptaram diversas posições da definição de bom e sobre como lidar com as prioridades em conflitos nos indivíduos versus o todo. Sobre a universalidade dos princípios éticos versus a “ética da situação”, nesta o que está certo depende das circunstâncias e não de qualquer lei geral e a bondade é determinada pelos resultados da acção ou pelos meios pelos quais os resultados são alcançados.

O homem vive em sociedade, convive com outros homens e portanto cabe-lhe pensar e responder à seguinte pergunta: “ Como devo de agir perante os outros?”. Trata-se de uma pergunta fácil de ser formulada, mas difícil de ser respondida, ora a questão central da ética é no fundo a resposta a essa pergunta.

Como doutrina filosófica, a ética é essencialmente especulativa, a não ser quanto ao seu método analítico, jamais será normativa, característica exclusiva da moral. A ética mostra, portanto, o que era moralmente aceite na Grécia Antiga, possibilitando uma

comparação com o que é moralmente aceite. Nos dias de hoje, por exemplo, na Europa, através da comparação, as mudanças no comportamento humano e nas regras sociais, e as suas consequências podem detectar problemas ou indicar caminhos. Nesse sentido, a ética e a moral, corroboram, e colaboram entre elas para formar subjectividades, ou seja, o modo como cada pessoa se constrói, ou seja, como fala, como pensa, como age, como lida com os outros, etc.

Segundo o Autor Eugénio Bucci, no seu Livro sobre ética e imprensa, o mesmo, descreve a ética como um saber escolher entre “o bem” e “o bem”, ou então entre “o mal” e “o mal”, levando em conta o interesse da maioria da sociedade.

Ao contrário da moral, que delimita o que é bom e o que é mau ou ruim, no comportamento dos indivíduos para uma convivência civilizada, a ética é o indicativo do que é mais justo ou menos injusto diante de possíveis escolhas que afectam terceiros.

2.4 Código de Ética

Ao falarmos de ética da sua história e evolução, somos quase obrigados a falar no documento chamado código de ética. Tentaremos descrever e fazer perceber em algumas palavras o que é o Código de Ética.

Código de ética é um documento, onde estão incluídos os critérios mais ou menos abrangentes, apoiados pela deontologia, com normas e valores, formulados e realizados correctamente, para regular uma actividade profissional. Os códigos de ética lidam com os aspectos éticos e regulam o exercício de uma profissão. Estes códigos de Ética e os códigos Deontológicos são cada vez mais comuns, na regulação de profissões das mais variadas áreas, mas também ajudam e regulam outras actividades.

Os códigos de ética são talvez, um dos mecanismos mais importantes na auto-regulação das profissões, podem ser colocados em prática no campo da Medicina, Sociologia Psicologia, no Serviço Policial, entre outras. Estes códigos contribuem para uma comunidade profissional, ou não profissional, definir os seus próprios limites.

Toda a comunidade profissional deve manter certos níveis de competição, na demanda e na qualidade do trabalho. Este deve ser controlado e monitorizado, de alguma forma, e a para que a integração de novos membros seja boa e facilitada, de forma a que as tarefas sejam executadas de forma correcta no âmbito da profissão, são criados os códigos de ética profissionais. Os códigos de ética profissionais especificam as considerações morais sobre os aspectos complexos da vida profissional, onde estão previstas sanções, para quando alguém viola abertamente o código de ética. Naturalmente os códigos de ética

nem sempre são seguidos, embora sejam respeitados, por isso como já foi referido atrás, são sancionados os seus incumprimentos.

Código de ética é um documento de texto com diversas directrizes que orientam as pessoas quanto às suas posturas, atitudes e ideais, moralmente aceitáveis ou toleradas pela sociedade como um todo. Os participantes são enquadrados numa conduta politicamente correcta e em conjunto com a boa imagem que a entidade ou a profissão quer angariar, inclusive incentivando à voluntariedade e à humanização destas pessoas e que, tendo em vista a criação de algumas actividades profissionais, é redigido, analisado e aprovado pela sua entidade, classe, organização ou governo competente, de acordo com as atribuições da actividade desempenhada, de forma, a que ela se venha a adequar aos interesses, lutas ou anseios da comunidade beneficiada pelos serviços que serão oferecidos pelo profissional sobre o qual o código ético tem efeito.

3 Moral



Os termos Ética e Moral são usados, por vezes, indistintamente. Contudo o termo moral tem usualmente uma significação mais ampla que o vocábulo ética. Em algumas línguas, e o Português é uma delas, o moral opõe-se ao físico, e daí as ciências morais compreendem, em oposição às ciências naturais, tudo o que não é puramente físico no Homem (a história, a política, a arte, etc.), isto é, tudo o que corresponde às produções do espírito subjectivo e até ao próprio espírito subjectivo.

As ciências morais ou, como tradicionalmente são chamadas ciências morais e políticas, compreendem então os mesmos temas

e objectos que as ciências do espírito, sobretudo quando se entendem estas como ciências do espírito objectivo e da sua relação com o subjectivo. Por vezes opõe-se também o moral ao intelectual para significar aquilo que corresponde ao sentimento e não à inteligência ou ao intelecto.

Finalmente o moral opõe-se comumente ao imoral e ao amoral enquanto o que está inserido no mundo ético se opõe aquilo que se enfrenta com este mundo ou permanece indiferente perante ele.

O moral é, nesse caso, aquilo que se submete a um valor, enquanto o imoral e o amoral são respectivamente aquilo que se opõe a qualquer valor e aquilo que é indiferente ao valor.

Hegel distinguiu entre a moralidade como moralidade subjectiva e a moralidade como moralidade objectiva. Enquanto a primeira consiste no cumprimento do dever, pelo acto de vontade, a segunda é a obediência à lei moral enquanto fixada pelas normas, leis e costumes da sociedade, a qual representa ao mesmo tempo o espírito objectivo. Hegel

considera que a mera boa vontade subjectiva é insuficiente. É mister que a boa vontade subjectiva não se perca em si mesma ou, se se quiser, não tenha simplesmente a consciência que se aspira ao bem. O subjectivo é aqui meramente abstracto. Para que chegue a ser concreto, é preciso que se integre com o objectivo, que se manifesta moralmente como moralidade objectiva. Esta também não é uma acção moral simplesmente mecânica: é a racionalidade da moral universal concreta que pode dar um conteúdo à moralidade subjectiva da mera consciência moral. O termo moral foi usado muitas vezes, como adjectivo que se aplica a uma pessoa determinada, da qual se diz então que é moral.

Moral é também um conjunto de regras de conduta consideradas como válidas, quer de um modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para um grupo ou pessoa determinada.

È uma parte da filosofia que trata dos costumes, deveres e modo de proceder dos homens, para com os outros homens.

A moral é também considerada, um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um carácter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal. A moral é a acção, moral é o que acontece.

A moral refere-se ao conjunto de normas seguidas pelos indivíduos de modo a agirem de acordo com o que é considerado bom ou correcto, deste modo é vivida relacionando-se com a conduta diária das pessoas pelo que ninguém escapa à sua esfera.

4 Deontologia



Ciência dos deveres, (do grego “*deon*”, “*deontos*” dever obrigação, o que fazer + “*logos*”, ciência, tratado), na filosofia moral contemporânea, é uma das teorias normativas segundo as quais as escolhas são moralmente necessárias proibidas ou permitidas. Portanto inclui-se entre as teorias morais que orientam as nossas escolhas sobre o que deve ser feito. É o tratado do

dever ou o conjunto dos deveres, princípios e normas adoptadas por um determinado grupo profissional. A deontologia é uma disciplina da ética especial, normativa, adaptada e adequada ao exercício de uma profissão

Deontologia poderá pois definir-se, de uma forma lata, como o conhecimento dos deveres tendo por base os juízos de aprovação ou desaprovação, do correcto ou do incorrecto ou condenável, do bem ou do mal tendo em conta o ajuizamento real por parte da Sociedade, isto é, a ética vigente.

O termo foi introduzido em 1834, por Jeremy Bentham, refere-se ao ramo da ética cujo objecto de estudo são os fundamentos do dever e as normas morais. È conhecida também sob o nome de “Teoria do Dever”. É um dos dois ramos principais da ética Normativa, juntamente com a axiologia⁷.

Pode-se falar também, de uma deontologia aplicada, caso em que já não se está diante de uma ética normativa, mas sim descritiva e inclusive prescritiva. A chamada “Deontologia Profissional”.

Quando falamos de deontologia temos que referenciar Kant, pois segundo o mesmo, fundamenta-se em dois conceitos que lhe dão sustentação: a razão prática e a liberdade. Agir por dever é o modo de conferir à acção o valor moral; por sua vez, a perfeição moral só pode ser atingida por uma vontade livre. O imperativo categórico no

⁷ Axiologia (do grego *ἀξιος* "valor" + *λόγος* "estudo, tratado") é o ramo da filosofia que estuda os valores, etimologicamente significa "Teoria do valor", "estudo do valor" ou "ciência do valor".

domínio da moralidade é a forma racional do “dever-se”, determinando a vontade submetida á obrigação.

O predicado “obrigatório” da perspectiva deontológica designa na visão moral o “respeito de si”.

A deontologia também se refere ao conjunto de princípios regras de conduta, ou seja, os deveres inerentes a uma determinada profissão. Assim, cada profissional está sujeito a uma deontologia própria a regular o exercício da sua profissão, conforme o Código de Ética da sua categoria. Neste caso, é o conjunto codificado das obrigações impostas aos profissionais de uma determinada área, no exercício da sua profissão.

São normas estabelecidas, muitas vezes não codificadas numa regulamentação jurídica, pelos próprios profissionais, tendo em vista, não exactamente a qualidade moral mas a correcção das suas intenções e acções em relação a direito, deveres ou princípios, nas relações entre profissão e sociedade.

Tendo em vista tudo o que foi referenciado atrás a deontologia é uma ética profissional das obrigações práticas, baseada na livre acção da pessoa no seu carácter moral.

A ética compreende os fundamentos dos códigos deontológicos ou éticos, porque estuda e reflete a conduta. Tais códigos refletem o contexto de constituição da própria profissão, o modo como ela se organiza como ela se situa em cada sociedade, como seus membros se relacionam entre si e com os usuários de seus serviços.

A indagação e acatamento dos princípios deontológicos significam dirigir-se pelo caminho da perfeição pessoal, profissional e colectiva. Existem também uma serie de normas representadas num código de ética supervisionadas por um colégio profissional, é neste sentido que se apresenta o Código Deontológico das profissões.

A deontologia e a ética profissional servem por um lado, para controlar a acção dos membros de um grupo profissional e, por outro lado, para orientar a sua conduta, colaborando para a formação de um grupo que se identifica e é identificado por um modo de agir. Assim a sustentação de uma profissão depende do conjunto dos seus membros, dado, a conduta de cada um.

A deontologia diz respeito aos deveres específicos do agir humano no campo profissional. Algumas vezes, a deontologia aparece institucionalizada em códigos de conduta, códigos de princípios, mas geralmente, nos chamados códigos de ética profissional.

A validade da ética profissional reside no papel que a pessoa desempenha e na confiança depositada no “profissional”, e ganha ênfase em sociedades tecnologicamente complexas nas quais, a aplicação de conhecimento por especialistas tende a aumentar. Além disso, a conduta ética profissional envolve os interesses do grupo, com base no interesse em garantir a sobrevivência de cada um, os interesses de realização pessoal obtida por meio do exercício profissional adequado, no sentido tanto de preservar, como de enobrecer a si e à profissão. Deste modo não poderíamos passar sem referenciar o código deontológico e explicar o seu conceito.

4.1 Código Deontológico

O código deontológico é um documento que recolhe um conjunto mais ou menos amplo de critérios, normas e valores que têm por fim regular uma actividade profissional. Ocupa-se dos aspectos fundamentais e substanciais do exercício da profissão que regulam.

O código deontológico é cada vez mais frequente em todas as áreas e em todas as actividades de todas as profissões e apesar de nem sempre se cumprirem as regras e normas que o código deontológico estabelece, as mesmas fazem-se respeitar através de sanções.



Neste sentido e para melhor exemplificar, apresentamos o código deontológico do Serviço Policial:

4.2 CÓDIGO DEONTOLÓGICO DO SERVIÇO POLICIAL

O presente Código visa promover a qualidade do serviço policial e reforçar o prestígio e a dignidade das forças de segurança, bem como contribuir para a criação das condições objectivas e subjectivas que, no âmbito da acção policial, garantam o pleno exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

A consagração de padrões ético-profissionais de conduta comuns a todos os membros das forças de segurança é

condição indispensável para um exercício credível e eficiente do serviço policial, enquanto parte integrante do Estado de direito democrático.

A adopção pelos membros das forças de segurança de um Código Deontológico do Serviço Policial vem ao encontro da Resolução n.º 690, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, de 8 de Maio de 1979, e da Resolução n.º 34/169, da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 17 de Dezembro de 1979.

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente Código Deontológico aplica-se aos militares da Guarda Nacional Republicana (GNR) e ao pessoal da Polícia de Segurança Pública (PSP), adiante designados por membros das forças de segurança, no âmbito do exercício das suas funções policiais.

Artigo 2.º

Princípios fundamentais

1 - Os membros das forças de segurança cumprem os deveres que a lei lhes impõe, servem o interesse público, defendem as instituições democráticas, protegem todas as pessoas contra actos ilegais e respeitam os direitos humanos.

2 - Como zeladores pelo cumprimento da lei, os membros das forças de segurança cultivam e promovem os valores do humanismo, justiça, integridade, honra, dignidade, imparcialidade, isenção, probidade e solidariedade.

3 - Na sua actuação, os membros das forças de segurança devem absoluto respeito pela Constituição da República Portuguesa, pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem, pela legalidade comunitária, pelas convenções internacionais, pela lei e pelo presente Código.

4 - Os membros das forças de segurança que actuem de acordo com as disposições do presente Código têm direito ao apoio activo da comunidade que servem e ao devido reconhecimento por parte do Estado.

Artigo 3.º

Respeito pelos direitos fundamentais da pessoa humana

1 - No cumprimento do seu dever, os membros das forças de segurança promovem, respeitam e protegem a dignidade humana, o direito à vida, à liberdade, à segurança e

demais direitos fundamentais de toda a pessoa, qualquer que seja a sua nacionalidade ou origem, a sua condição social ou as suas convicções políticas, religiosas ou filosóficas.

2 - Em especial, têm o dever de, em qualquer circunstância, não infligir, instigar ou tolerar actos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 4.º

Respeito pelos direitos fundamentais de pessoa detida

1 - Os membros das forças de segurança têm o especial dever de assegurar o respeito pela vida, integridade física e psíquica, honra e dignidade das pessoas sob a sua custódia ou ordem.

2 - Os membros das forças de segurança devem zelar pela saúde das pessoas que se encontram à sua guarda e tomar, imediatamente, todas as medidas para assegurar a prestação dos cuidados médicos necessários.

Artigo 5.º

Isenção e imparcialidade

1 - Os membros das forças de segurança devem actuar com zelo e imparcialidade, tendo sempre presente a igualdade de todos os cidadãos perante a lei.

2 - Em especial, têm o dever de, no uso dos poderes de autoridade de que estão investidos, se abster da prática de actos de abuso de autoridade, não condizente com um desempenho responsável e profissional da missão policial.

3 - Os membros das forças de segurança abstêm-se de qualquer acto que possa pôr em causa a liberdade da sua acção, a independência do seu juízo e a credibilidade da instituição a que pertencem.

Artigo 6.º

Integridade, dignidade e probidade

1 - Os membros das forças de segurança cumprem as suas funções com integridade e dignidade, evitando qualquer comportamento passível de comprometer o prestígio, a eficácia e o espírito de missão de serviço público da função policial.

2 - Em especial, não exercem actividades incompatíveis com a sua condição de agente de autoridade ou que os coloquem em situações de conflito de interesses susceptíveis de comprometer a sua lealdade, respeitabilidade e honorabilidade ou a dignidade e prestígio da instituição a que pertencem.

3 - Os membros das forças de segurança combatem e denunciam todas as práticas de corrupção abusivas, arbitrárias e discriminatórias.

Artigo 7.º

Correcção na actuação

1 - Os membros das forças de segurança devem agir com determinação, prudência, tolerância, serenidade, bom senso e autodomínio na resolução das situações decorrentes da sua actuação profissional.

2 - Os membros das forças de segurança devem comportar-se de maneira a preservar a confiança, a consideração e o prestígio inerentes à função policial, tratando com cortesia e correcção todos os cidadãos, nacionais, estrangeiros ou apátridas, promovendo a convivencialidade e prestando todo o auxílio, informação ou esclarecimento que lhes for solicitado, no domínio das suas competências.

3 - Os membros das forças de segurança exercem a sua actividade segundo critérios de justiça, objectividade, transparência e rigor e actuam e decidem prontamente para evitar danos no bem ou interesse jurídico a salvaguardar.

Artigo 8.º

Adequação, necessidade e proporcionalidade do uso da força

1 - Os membros das forças de segurança usam os meios coercivos adequados à reposição da legalidade e da ordem, segurança e tranquilidade públicas só quando estes se mostrem indispensáveis, necessários e suficientes ao bom cumprimento das suas funções e estejam esgotados os meios de persuasão e de diálogo.

2 - Os membros das forças de segurança evitam recorrer ao uso da força, salvo nos casos expressamente previstos na lei, quando este se revele legítimo, estritamente necessário, adequado e proporcional ao objectivo visado.

3 - Em especial, só devem recorrer ao uso de armas de fogo, como medida extrema, quando tal se afigure absolutamente necessário, adequado, exista comprovadamente perigo para as suas vidas ou de terceiros e nos demais casos taxativamente previstos na lei.

Artigo 9.º

Obediência

1 - Os membros das forças de segurança acatam e cumprem prontamente as ordens legítimas e legais de superior hierárquico.

2 - A obediência que os membros das forças de segurança devem aos seus superiores hierárquicos não os isenta da responsabilidade pela execução de tais ordens que constituam, manifestamente, violações à lei.

3 - Nenhuma sanção disciplinar pode ser aplicada a um membro das forças de segurança que se tenha recusado a cumprir uma ordem ilegal e ilegítima.

Artigo 10.º

Responsabilidade

1 - Os membros das forças de segurança assumem, prontamente, os seus erros e promovem a reparação dos efeitos negativos que, eventualmente, resultem da acção policial.

2 - Os membros das forças de segurança, a todos os níveis da hierarquia, são responsáveis pelos actos e omissões que tenham executado ou ordenado e que sejam violadores das normas legais e regulamentares.

Artigo 11.º

Sigilo

Os membros das forças de segurança devem guardar segredo sobre as informações de natureza confidencial, ou relacionadas com métodos e táticas de acção operacional, que venham a obter no desempenho das suas funções, sem prejuízo das necessidades da administração da justiça ou do cumprimento do dever profissional.

Artigo 12.º

Cooperação na administração da justiça

Os membros das forças de segurança respeitam a independência dos tribunais e colaboram, prontamente, na execução das decisões das autoridades judiciais.

Artigo 13.º

Solidariedade na acção

Todo o membro das forças de segurança observa a solidariedade para com os seus camaradas, sem prejuízo dos princípios da honra e da dignidade e das regras da disciplina e do dever de defesa da legalidade.

Artigo 14.º

Preparação individual

1 - Todo o membro das forças de segurança se prepara física, psíquica e moralmente para o exercício da sua actividade e aperfeiçoa os respectivos conhecimentos e aptidões profissionais, de forma a contribuir para uma melhoria do serviço a prestar à comunidade.

2 - Em especial, interioriza e pratica as normas deontológicas contidas no presente Código, que deverão ser parte integrante da sua formação profissional.

4.3 Conceito de Profissão

“A grandeza de uma profissão é talvez, antes de tudo, unir os homens: não há senão um verdadeiro luxo e esse é o das relações humanas.”

*Antoine de Saint-Exupéry*⁸

A profissão é um trabalho específico, organizado dentro da sociedade, que consiste na prática reiterada e lucrativa de uma actividade da qual o Homem recebe meios para a sua subsistência, onde adquire uma maior qualificação e um aperfeiçoamento intelectual, moral e técnico. A prática de uma profissão contribui assim para um benefício social, independentemente do seu tipo ou área.

Profissão é um trabalho ou actividade especializada dentro da sociedade, geralmente exercida por um profissional. Alguns trabalhos e actividades geralmente requerem estudos extensivos conhecimento profundos sobre determinadas áreas, tais como medicina, advocacia ou engenharia, etc.

⁸ **Antoine de Saint-Exupéry**, França (1900-1944), Escritor/Aviador.

5 Sociedade

A origem da palavra sociedade vem do latim “societas”, uma (associação amistosa com outros). “Societas” deriva da palavra “socius”, que significa "companheiro", e assim o significado de sociedade está intimamente ligado àquilo que é social. Está implícito no significado de sociedade que os seus membros compartilham interesses ou preocupações mútuas sobre um objectivo comum. Como tal, o termo sociedade é muitas vezes usado



como sinónimo para o colectivo de cidadãos de um país governado por instituições nacionais que lidam com o bem-estar cívico.

Pessoas de várias nações unidas por tradições, crenças ou valores políticos e culturais comuns, em certas ocasiões também são chamadas de sociedades (por exemplo, Judaico-Cristã, Oriental, Ocidental etc.). Quando usado nesse contexto, o termo age como meio de comparar

duas ou mais "sociedades" cujos membros representativos representam visões do mundo alternativas, competidoras e conflitantes.

Em sentido lato, uma sociedade é um grupo de indivíduos que formam um sistema semi-aberto, no qual a maior parte das interações é feita com outros indivíduos pertencentes ao mesmo grupo. Uma sociedade é uma rede de relacionamentos entre pessoas. É uma comunidade interdependente. O significado geral de sociedade refere-se simplesmente a um grupo de pessoas vivendo juntas numa comunidade organizada.

Em Sociologia, uma sociedade é o conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes, e que interagem entre si constituindo uma comunidade. A sociedade é objecto de estudo comum entre as ciências sociais, especialmente a Sociologia, a História, a Antropologia, a Geografia, entre outras.

Sociedade pode ser considerada também um agrupamento de indivíduos entre os quais se estabelecem relações económicas, políticas e culturais. Numa sociedade existe unidade na língua e na cultura e os seus membros obedecem a leis, costumes e tradições comuns, unidos por objectivos que interessam ao conjunto, ou às classes que nele predominam. Em sentido estrito, confunde-se com a comunidade política que vive num

estado nacional e os seus limites são as fronteiras políticas e geográficas do estado. A ideia de sociedade pressupõe um contexto de relações humanas no qual ocorre a interdependência entre todos e cada um de seus componentes, que subsiste tanto pelo carácter unitário das funções que cada membro desempenha como pela interiorização das normas de comportamento e valores culturais dominantes em cada comunidade.

No interior das sociedades observa-se a formação de grupos de pessoas cujos interesses coincidem em certa medida, como as famílias, os clãs, as comunidades e as associações. Desses conjuntos, que geralmente mantêm estrutura própria, os mais significativos são as comunidades e as associações. A comunidade é uma sociedade geograficamente localizada, de estrutura definida, cujos membros têm um modo de vida comum. Pode constituir-se em dimensão geograficamente reduzida, como um povoado, ou estender-se por um país de extensão continental.

5.1 Tipos de Sociedade

São vários os tipos de sociedades estudadas, ao longo dos séculos, para melhor entendermos o que são sociedades e a forma como foram estudadas iremos fazer referência a alguns autores.

Segundo **Auguste Comte**, pioneiro da ciência empírica e teórica da sociedade, eu chamou de Sociologia, e na ideia de uma ordem cultural como elemento constitutivo da sociedade. Comte fundamentou a sua teoria em duas proposições, a lei dos três estados e o teorema, segundo o qual as ciências teóricas formam uma hierarquia em cujo ápice está a



Karl Marx e Freidrich Hengels

sociologia. Baseou-se ao nível dos conhecimentos, para estabelecer a evolução da sociedade através dos três estados que se vão sucedendo:

1 – Existência de uma sociedade teológica de estrutura militar fundamentada na propriedade e na exploração do solo;

2 - Existência de uma sociedade de legistas, caracterizada pela distinção clara entre o poder temporal e o poder espiritual;

3 – Existência de uma sociedade industrial ou positivista, na qual se aplicam as ciências positivas à ordem natural para transformar as condições materiais, com o aparecimento da indústria.

Karl Marx e **Freidrich Hengels**, fundamentaram a estrutura da sociedade capitalista nas relações de produção e a sua evolução era efectuada através da luta de classes. Na produção de bens materiais os homens entram em relações necessárias, independentes da sua vontade. Essas relações de produção correspondem a um dado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e o conjunto dessas relações forma a estrutura económica da sociedade. Para os autores é possível, distinguir, em qualquer sociedade, a superestruturas base económica e a infra-estrutura, que são constituídas pelas instituições jurídicas, políticas e ideológicas. Desta forma, a estrutura social de uma sociedade, é uma totalidade articulada em que elementos que a compõem têm a sua função determinada pelo lugar que ocupam, no todo. O conceito de modo de produção é teórico, isto é, não existe na realidade empírica e se refere à totalidade social global. É constituído por uma estrutura global formada por três estruturas regionais (económica, jurídico-política e ideológica), uma das quais domina as outras, embora a estrutura económica seja sempre determinante, em última instância.

Na maior parte das sociedades a produção de bens materiais não se efectua de uma única forma. O mais frequente é, numa mesma sociedade, convivam diversos modos de produção, subordinados a um modo de produção dominante, que lhes impõe leis de desenvolvimento, embora continuem a existir com relativa autonomia. Essa realidade social empírica, historicamente determinada, é referida como conceito de formação social. A teoria da história representa o estudo da sucessão descontínua dos diferentes modos de produção.

Marx e Engels dividiram as sociedades em seis grupos: a comunidade tribal, agrupamento primitivo de famílias; a sociedade asiática, caracterizada pelo despotismo; a sociedade antiga, na qual as relações de classes estabeleciam-se entre cidadãos e escravos; a sociedade germânica, rural é profundamente individualista; a sociedade feudal, extremamente hierarquizada; e a sociedade capitalista, marcada pelo domínio da burguesia e com relações de classes nitidamente afirmadas. Previram o surgimento de uma sétima sociedade, a comunista, na qual desapareceriam as classes sociais.

No grupo de autores que classificam as sociedades a partir de critérios internos destacam-se Herbert Spencer, Talcott Parsons e Émile Durkheim.

Spencer baseou-se na doutrina do evolucionismo para elaborar a sua teoria sociológica, na qual a premissa básica é a analogia orgânica, isto é, a identificação entre sociedade e organismo biológico: tanto a sociedade como os organismos distinguem-se da matéria inorgânica pelo crescimento visível durante a sua existência; tanto as sociedades como os organismos aumentam com a complexidade da estrutura à medida que crescem em tamanho; numa diferenciação progressiva de funções acompanha a diferenciação progressiva da estrutura da sociedade e dos organismos.

O facto principal da "lei geral da evolução" é o movimento das sociedades, de simples para os diversos níveis das sociedades compostas. Spencer fez, assim, a distinção entre sociedades simples (grupos nómadas, carentes de organização política e com incipiente divisão de trabalho) e sociedades complexas (nas quais as funções sociais e económicas multiplicam-se). As sociedades compostas surgiram da agregação de algumas sociedades simples; a agregação de sociedades compostas deu origem às duplamente compostas.

Durkheim estabeleceu uma diferença entre sociedade primitiva, caracterizada pela "solidariedade mecânica", de forte consciência colectiva; e a sociedade complexa dominada pela "solidariedade orgânica", de marcada diferenciação social. A solidariedade mecânica predomina quando existe grande semelhança entre os indivíduos da sociedade, que partilham sentimentos, adoptam os mesmos valores e admitem as mesmas crenças. A solidariedade orgânica é o consenso resultante da diferença, fenómeno que caracteriza a sociedade moderna.

Parsons procurou a diferenciação das sociedades na capacidade de adaptação da sua organização social, de tal modo que à maior capacidade de adaptação generalizada corresponde uma complexidade crescente. Classificou as sociedades em três tipos fundamentais: as sociedades primitivas, com escasso grau de diferenciação e forte componente religioso; as sociedades intermediárias, identificadas pelo emprego da escrita e pela estrutura de classes; e as sociedades modernas, que se distinguem pela preponderância do direito, inspirado no que Max Weber chamou de "racionalidade formal".

5.2 A Evolução da sociedade.



Quaisquer que sejam os fundamentos em que os cientistas sociais se baseiam, todos estão de acordo em que a sociedade sofreu um processo gradual de transformação ao longo do tempo. O tipo mais primitivo de organização social que se conhece é a ordem comunal ou tribal, em que os indivíduos viveram juntos para garantir a sobrevivência de todos. Esses agrupamentos dedicavam-se à

procura nómada de alimentos e instalavam-se de forma provisória em cavernas e acampamentos. À medida que se esgotavam as reservas naturais ou as condições climáticas assim o exigissem, mudavam-se para outros sítios mais favoráveis ao grupo.

O domínio do fogo deflagrou uma verdadeira revolução tecnológica. Permitiu o aperfeiçoamento dos utensílios a sua transformação em armas para a caça que, junto à extracção de alimentos vegetais, era a fonte de alimentação. A domesticação de animais marcou uma etapa importante da evolução da sociedade primitiva: o momento da transição de um estado nómada para uma forma de vida sedentária, em locais geográficos permanentes. Surgiram as tribos, agrupamentos de indivíduos ligados por laços de parentesco. Mas a permanência num espaço circunscrito limitou o acesso às fontes alimentares, basicamente caça, pesca e colheita de frutos e raízes silvestres. A necessidade de ampliar os stocks alimentares levou à actividade agrícola, e mais uma etapa foi alcançada, com a conversão da pastorícia com a agricultura, nas principais fontes de subsistência, surgiram os primeiros proprietários da terra, dominadores da economia tribal.

O domínio das técnicas de utilização dos metais marcou mais uma etapa importante na evolução social. A divisão do trabalho acentuou-se e possibilitou uma maior concentração de riqueza nas mãos de alguns indivíduos. Permitiu o aumento das actividades de troca entre indivíduos ou entre grupos, o que deu origem ao comércio. A igualdade económica inicial deixou aos poucos de existir e surgiu o regime da propriedade privada dos meios de produção.

A sociedade escravista surgiu quando a propriedade sobre os objectos e a terra se ampliou para a posse dos seres humanos, os prisioneiros de guerra. O seu fundamento

económico reside na possibilidade de cada indivíduo ser capaz de produzir mais do que o necessário para a própria sobrevivência, ou seja, um excedente, passível de ser apropriado por outrem. O processo de acumulação de riqueza acentuou-se e algumas famílias tornaram-se mais ricas com o uso da mão-de-obra escrava, barata e abundante.

O modelo de sociedade baseado no trabalho escravo declinou em função da inexistência do estímulo para que o trabalhador escravizado executasse as funções mais complexas que progressivamente lhe foram sendo exigidas. O progresso das técnicas produtivas e a necessidade de maior produtividade impuseram uma revolução nas relações de produção: o trabalho livre, com retribuição de certa forma proporcional ao esforço despendido, que se implantou com o sistema feudal. Com uma hierarquia rígida, o feudalismo fundava-se basicamente na existência de três classes: a nobreza e o clero, que formavam a classe dominante, no topo da pirâmide social; um segmento intermediário formado por artesãos e comerciantes; e, na base, os servos que eram, na sua maioria, descendentes dos antigos escravos ou camponeses arruinados. A posição dentro da hierarquia social era determinada pelos costumes e leis, que davam à classe dominante enormes privilégios políticos, económicos e sociais.

A sociedade burguesa surgiu com a decadência económica da nobreza e do clero e a acumulação de riquezas pelos comerciantes, beneficiados sobretudo pelas grandes descobertas marítimas e a ampliação extraordinária das actividades mercantis e industriais. A partir da revolução industrial, desencadeou-se um processo que se traduziu em transformações radicais em todas as áreas da actuação humana. No novo modo de produção, o trabalho humano transformou-se num bem económico e as associações de artesãos deram lugar às fábricas, onde trabalhavam operários assalariados. A liberdade do comércio tornou-se a síntese de todas as liberdades e a produção e o seu consumo chegaram a regiões geográficas até então isoladas. As ciências e as artes universalizaram-se. Surgiu a sociedade urbana, centralizada, a partir do crescimento físico e económico dos burgos, e no seu interior formaram-se novas classes sociais.

5.3 Sociedade Civil

Sociedade Civil refere-se à totalidade das organizações e instituições cívicas voluntárias que formam a base de uma sociedade em funcionamento, por oposição às estruturas apoiadas pela força de um estado (independentemente de seu sistema político).

Maquiavel⁹, já havia estabelecido uma distinção entre sociedade e Estado. Entretanto o primeiro estudo envolvendo a expressão sociedade civil, foi o "Ensaio Sobre a História da Sociedade Civil", escrito pelo filósofo escocês Adam Ferguson, em 1767. Para Ferguson, um moralista (grupo que também inclui Adam Smith, Francis Hutcheson, David Hume e outros maiores contribuintes para o Iluminismo Escocês), a "sociedade civil" é o oposto do indivíduo isolado, ou, mais especificamente, a condição do homem que vive numa cidade.

Posteriormente Immanuel Kant desenvolveu o conceito de Sociedade Civil como uma sociedade estabelecida com base no direito, ou seja, o oposto da categoria explicativa do estado de natureza, caracterizada pela guerra potencialmente permanente de todos contra todos.

Todavia, no seu sentido moderno, a expressão é atribuída ao filósofo alemão Friedrich Hegel, que a utilizou na sua obra "Elementos da Filosofia do Direito". Nesta obra, a sociedade civil era um estágio no relacionamento dialéctico entre os opostos percebidos por Hegel, a macro comunidade do estado e a micro comunidade da família. Num sentido amplo, o termo foi dividido, como os seguidores de Hegel, entre a esquerda e a direita. Na esquerda, tornou-se a fundação da sociedade burguesa de Karl Marx; na direita, tornou-se uma descrição para todos os aspectos não estatais da sociedade, expandindo-se da rigidez económica do Marxismo para a cultura, sociedade e política.

Sociedade civil refere-se à arena de acções colectivas voluntárias em torno de interesses, propósitos e valores. Na teoria, as suas formas institucionais são distintas daquelas do estado, família e mercado, embora na prática, as fronteiras entre estado, sociedade civil, família e mercado sejam frequentemente complexos, indistintos e negociados. A sociedade civil comumente abraça uma diversidade de espaços, actores e formas institucionais, variando no seu grau de formalidade, autonomia e poder. As sociedades civis são frequentemente povoadas por organizações como instituições de caridade, organizações não-governamentais de desenvolvimento, grupos comunitários, organizações femininas, organizações religiosas, associações profissionais, sindicatos, grupos de auto-ajuda, movimentos sociais, associações comerciais, grupos activistas, etc.

⁹ Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi um historiador, poeta, diplomata e músico italiano do Renascimento

5.4 Ética e Sociedade

Desde os primórdios da humanidade o homem precisou viver em grupos ou em sociedade e em cada época foi criando padrões de comportamento como justiça, honestidade, responsabilidade, lealdade e respeito de acordo com os valores estabelecidos na sua cultura.

Toda conduta social é instituída por valores morais diferentes, mas a conduta correcta é imposta a todos sem distinção. Desde o nascimento é-nos ensinado o que é certo e errado e a partir daí reproduzimos valores impostos pela sociedade. Desta forma, somos “programados” para agir conforme as regras impostas, recompensados quando seguimos as regras e punidos quando as transgredimos.

Ética e moral devem andar lado a lado com a liberdade, mas esta liberdade tem algumas limitações que a própria Lei Natural impõe ao ser humano. Esta liberdade parte do princípio do respeito aos direitos alheios. Entretanto, na vida prática não existe o respeito ao homem em si, o que existe na consciência humana é o respeito a si mesmo, e a busca constante para si próprio.

Ultimamente a ética e a moral são muitas vezes relegadas por certas classes sociais e políticas, muitos valores vão sendo deixados para trás em prol do individualismo. O bem comum deu lugar ao “cada um por si” e com este tipo de pensamento, a ética e a moral estão a perder o sentido.

Ao longo dos tempos o real significado da palavra liberdade deixou de existir, muitas atitudes modernas têm trazido uma revolução aos princípios éticos e morais da nossa sociedade. O exemplo de liberdade transmitido de geração a geração está a ser ameaçado pelo falso modernismo.

A ética é a ciência que estuda o comportamento humano com ênfase tanto nos valores individuais como nos valores do indivíduo perante o grupo de convívio. Cada vez mais a sociedade exige do indivíduo e das organizações seriedade e dignidade nos seus actos quer sejam eles, políticos, sociais, culturais ou religiosos.

O primeiro a romper com esses preceitos foi o italiano Nicolau Maquiavel, que defendeu a adopção de uma moral própria em relação ao Estado. Para ele, os princípios cristãos impregnados naquela época eram inúteis e prejudiciais para o desenvolvimento da sociedade. Actualmente é difícil discutir os problemas sociais, ou seja, da sociedade sem tocar na palavra ética. Muitas pessoas reflectem sobre esta problemática, tentando encontrar a génese, e o porque é que em tão pouco tempo se agravaram tanto as relações humanas sem ao menos se pensar nas crises sociais, ampliando os vazios da insegurança

pública e privada dos cidadãos, é aí que surge o interesse de racionalmente compreender este novo paradigma. As pessoas não se sentem mais satisfeitas pelos actos honestos que praticam, a sociedade gira em torno dos poderes e elites económicas/financeiras. A falta de princípios morais causa, consequências intermináveis, onde encaminham a sociedade para as mãos dos detentores de poder.

6. Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, foi efectuada uma pesquisa bibliográfica, sobre a Ética a Deontologia e a Sociedade, sobre a forma como evoluíram e como se integram e interagem, entre ambas.

A questão ética têm sido estudada desde a antiguidade, muitos foram os filósofos que se questionaram sobre a ética e deram a sua interpretação sobre a mesma. Muitas perspectivas foram atrás tratadas, como por exemplo Sócrates, Platão, Kant entre outros.

A ética foi muitas vezes confundida com moral, mas não são a mesma coisa, apesar de se associarem e dessa forma contribuírem para que a vida em sociedade seja com base no respeito pelas regras e valores de cada indivíduo.

A ética e a deontologia têm sido aplicadas a todas as áreas e disciplinas, ligadas ao ser humano e à construção da sociedade e das profissões.

A ética pode ser compreendida como uma ciência da conduta humana, perante o ser humano, e os seus semelhantes. Concebendo como a sua virtude a pratica do bem, que resulta na felicidade dos seres humanos.

O ser humano desde o seu nascimento foi, sempre rodeado de preconceitos e valores, sendo que por esses requisitos se julgava o carácter, ou até a vida de um homem. A ética é a apreciação das normas da conduta humana. Consequentemente ela torna-se mais importante do que a moral, pois esta caracteriza as regras que o homem deve seguir numa sociedade, enquanto a ética é mais abrangente, ela fornece juízos de valores, que julgam o comportamento humano sobre as regras sociais.

O nosso sentido ético pode ser encarado de diversas formas de pensar, pode ser uma mistura de pensamento racional com pensamento emocional, visões consequenciais *versus* visões deontológicas. Algumas destas formas de pensar têm os seus defensores e os seus críticos, mas uma das questões que se coloca e que é o objectivo deste trabalho é a função da ética na sociedade.

Para que serve a ética? De uma forma bastante simplista, pode dizer-se que é um constituinte fundamental da sociedade, serve basicamente para a funcionalidade da vida em grupo. É uma ferramenta essencial para a manutenção da sociedade, como norma intuitiva e/ou objectiva do que é certo ou errado. A ética parte sempre do grupo para o indivíduo, ou seja do todo para o individual, visando manter a coesão daquela primeira.

Outra questão será, para que serve a deontologia? A deontologia tende a contribuir para o fortalecimento de uma profissão e consequentemente dos seus membros logo, tende também promover um bem maior para a sociedade como um todo.

A deontologia tenta criar a uniformização da acção dos membros de uma categoria profissional. Essa uniformização será não no sentido de igualar as acções, mas sim, de orientar, prescrever, controlar a conduta dos membros da profissão visando construir uma identidade e através desta, tornar-se respeitado e conhecido pelos demais membros da sociedade.

Hoje, no início do século XXI, sentimos que alcançamos algumas melhorias na sociedade, principalmente no que tange a consciencialização de alguns indivíduos para as questões morais e éticas que norteiam a sensibilidade do homem face às situações críticas e polémicas da sociedade. Projectos e acções de cidadania contra a miséria e que lutam pela vida, resgatam, a confiança da sociedade porque o dever moral e uma postura socialmente ética contribuem para que o indivíduo tenha confiança na sociedade onde vive e tende a respeitá-la e aos outros que nela vivem.

Com certeza, disparidades sociais são vividas em todo o mundo. A existência de dominantes e dominados parece ser o requisito principal para se viver em sociedade. Mas estamos a caminhar para superar essa situação, e certamente, a educação é a melhor maneira de montarmos a nossa estratégia no sentido de alcançarmos uma padronização nas acções e comportamentos dos homens.

Durante o seu crescimento físico e psicológico, o ser humano é humanizado, porque vive em sociedade, no contexto onde vive deve absorver um conjunto de ensinamentos para que possa viver bem, ou seja para que possa fazer escolhas elucidadas e conscientes. Para além das escolhas que tem de fazer o homem é também educado pelo seu ambiente cultural e social uma vez que vai absorvendo ordens, costumes, valores e vontades.

A ética ensina-nos que não nos devemos acomodar á tradição, aos costumes, devemos sempre que possível e que se justifique fazer uma reflexão, fomentar o nosso envolvimento pessoal, para avaliar o fundamento e a justiça das nossas acções.

Damos assim um sentido positivo à nossa liberdade, tendo sempre por base que o tratamento com os outros seja na vida pessoal e familiar seja na vida profissional deve fazer-se sempre através do respeito pelos outros seres humanos, tentando sempre colocarmos no lugar do outro.

O ideal seria alcançarmos o idealismo kantiano, de uma Ética universal onde todos sejam norteados pelos mesmos princípios e eticamente puros. Entendemos que isso há-de ser difícil de ser algum dia conseguido. Mas aos poucos dentro de um processo educativo cauteloso podemos mudar a mentalidade dos nossos jovens que algum dia serão os adultos da nossa sociedade. Somente através da educação se conseguirá concretizar o projecto de

"hominização" e de adquirirmos todos uma consciencialização ética, moral, deontológica e política correctas. Saber o que é o bem e o mal, praticar o bem e o que é correcto porque só assim nos respeitamos a nós aos outros e conseguimos viver melhor em liberdade e em sociedade.

Bibliografia:

- ABBAGNANO, N., (1998) “Dicionário de filosofia”, São Paulo. Mestre Jou.
- AGNEW John, JOHNSTON R. J., TAYLOR Peter J. e WATTS, Michael, (2002), "Democracy and Human Rights". (eds), Geographies of Global Change, Blackwell,.
- ALMOND, G., & VERBA, S., (1989), “The Civic Culture: Political Attitudes And Democracy In Five Nations”, Sage.
- ARENDT, Hanna (1958); “A condição humana”.
- ARICÓ, Carlos Roberto, (2001), “Arqueologia da ética”, São Paulo (SP). Ícone.
- ARISTÓTELES, “Ética à Nicômaco”. 384/322 a.C.
- BARATA, Óscar Soares, (1991), “Introdução às Ciências Sociais, volume I”, Universidade Ciências Sociais e Humanas, Bertrand Editora, 6ª edição.
- BARBOSA, J. Morais, PINTO Maria J. Vaz, MARQUES António e SANTOS Leonel Ribeiro, “Nova Filosofia 3”, 5ª edição.
- BROCHARD Victor, (2009), “Os Cépticos Gregos”, Odysseus Editora.
- CAMPOS, Roberto, Artigos e Entrevistas, "A Sociedade Civil", 18 de abril de 1999.
- CAÑAS-QUIRÓS R., “Ética General y Ética Profesional”, (1998) Acta Académica, Universidad Autónoma de Centro América.
- CASTRO, Celso A. Pinheiro, (1993) “Sociologia do Direito”, 3ª edição, São Paulo: Atlas.
- CHAUÍ, Marilena, (1995), “Convite à filosofia”. Ed.Ática.
- CLÉMENT, E. e outros, (1999), Dicionário Prático de Filosofia, Terramar, Lisboa.
- CORDON; Martinez, (1984), História da Filosofia, Ed. 70.
- D’ ASSUMPÇÃO, Evaldo Alves, (1998), “Comportar-se fazendo Bioética para quem se interessa pela ética”, Petrópolis.
- DELEUZE Gilles, Espinosa: Filosofia Prática, Editora Escuta.
- DILTHEY, Wilhelm, “Sistema da Ética”, (1994), São Paulo: Ícone.
- ELIAS Norbert, “O Processo Civilizatório”, (1994), Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fragmentos 3, 231, 211 e 237, respectivamente. Os Pré-socráticos, coleção os pensadores.
- FRONDIZI, Risieiri, “Qué son los valores? Introducción a la axiología”, (1972), 3ª edição, Fondo de Cultura Económica-FCE.

HEGEL, (1827), “Texto eletrónico Philosophy of Right”, (traduzido por Dyde, 1897).

JESUS, Maria Margarida Nascimento (2001), “Ética y Actividad Empresarial, Cultura y Valores Éticos en las Empresas Algarveñas”. Tese de Doutoramento, Universidade de Huelva.

JONAS, Friedrich, (1970), “História da Sociologia volume I”, colecção Novo Mundo, publicações Novo Mundo.

KREMER-MARIETTI, A., (1982), “A Moral”, Edições 70 Lda, França.

LAPLANTINE, François, “Aprender antropologia”, Ed. Brasiliense.

LÉVI-STRAUSS, C., (1975), “Aula Inaugural, Desvendando Máscaras Sociais”, Rio de Janeiro: Francisco Alves.

MANN, Michael, (1984), "The Autonomous Power of The State: Its Origins, Mechanisms and Results", European Journal of Sociology 25.

MORA, José Ferrater, (1982), “Dicionário de Filosofia”, Dom Quixote, Lisboa, 5ª edição.

MORGADO, Isabel Salema, (2004), “Uma ética para a Política”, Lisboa, Instituto Piaget.

NIETZSCHE, (1970), “Para além do bem e do mal”, Guimarães Editores, Lisboa.

NIETZSCHE, (1978), “Origem da tragédia”, Guimarães Editores, Lisboa.

NUNES, A. Sedas, (1991), “Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais”, ed. Presença, 10ª edição.

PELCZYNSKI, A.Z.; (1984); "The Significance of Hegel's operation of the state and civil society", Pelczynski, A.Z. (ed.), “The State and Civil Society”, Cambridge University Press.

PIEPER, Annemarie, (1990), “Ética y Moral”, Barcelona, Editorial Crítica.

PINTO, J. Madureira, (1984), “Questões de Metodologia Sociológica II”, Cadernos de Ciências Sociais, n.º 2, Porto, Edições Afrontamento.

PINTO, J. Madureira, (1991), “Considerações sobre a produção social da identidade”, Revista Critica de Ciências Sociais, Coimbra, C.E.S., n.º 32.

PUTNAM, R., (1993), “Making Democracy Work: Civic Traditions In Modern Italy”, Princeton.

REALE Miguel, (2003), “A Boa-fé no Código Civil”.

REIS, Alfredo, (1984), “Filosofia 12º ano”, editora Contraponto.

REIS, Alfredo, (1990), “Filosofia 12º ano”, volume I, editora Contraponto.

RENAUD, Isabel e Michel – (1996) *Ética e Moral*. In L. Archer, J. Biscaia e W. Osswald, *Bioética*. Lisboa, Verbo.

RENAUD, Michel, (2002), “Novas Perspectivas sobre a Ética e a Moral”. M. Patrão Neves (coord.) – *Comissões de Ética: das bases teóricas à actividade quotidiana*. Coimbra, Gráfica de Coimbra.

RIBEIRO Darcy, “O Processo Civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural”, São Paulo: Companhia das Letras.

ROUSSEAU Jean-Jacques, (2000), “Do Contrato Social”, São Paulo: Martin Claret.

SÁNCHEZ Vasquez, Adolfo; (1997), “Ética”, 17^a edição; RJ: Civilização Brasileira.

SAVATER, Fernando, (1993), “Ética Para um Jovem”, Editorial Presença, Lisboa.

SEVERINO, A.J. (1992) “A ETICA agir pessoal e a pratica social: a ética e a política”, filosofia, São Paulo, Cortez.

SEVERINO, Antonio Joaquim, (1992), “O agir pessoal e a prática social: a ética e a política”. São Paulo. Cortez.

SEVERINO, Antonio Joaquim, (1992), “O agir pessoal e a prática social: a ética e a política”, SP, Cortez.

SILVA, Augusto Santos e PINTO, J. Madureira, (1986), “Metodologia das Ciências Sociais”, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, 7^a edição.

SINGER, Peter, (2002), “Ética Prática”, Lisboa, Gradiva.

SPINOZA Baruch, (1985), “Ética demonstrada segun el orden Geometrico”, Fondo de Cultura Económica – México.

VALADIER P., (1991), *Inevitável Moral*, Instituto Piaget, Revista Aprendizagem e Desenvolvimento. Lisboa.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez., (1998), *Ética*. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

VIEIRA, B. General, (2002), *Liderança Militar*, Academia Militar, - Estado-Maior do Exército, Lisboa.